

## Conferência SECAM sobre Apropriação de Terras e Governação Justa em África

Jumuia Conference and Country Home, Limuru (Quénia)

22-26 Novembro de 2016

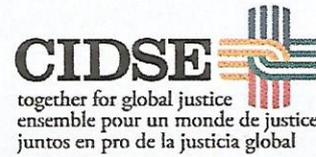
**Compromisso para agir contra a apropriação de terras  
e para apoiar as comunidades locais**

**A NOSSA TERRA É SAGRADA, A NOSSA TERRA É A NOSSA VIDA,  
A NOSSA TERRA NÃO ESTÁ À VENDA**

A apropriação de terras tornou-se um *cancro*<sup>1</sup> que se atravessa no caminho do verdadeiro desenvolvimento em África. Ela vem embrulhada em vários falsos programas de desenvolvimento, que estão orientados na prática para a pilhagem dos nossos recursos. Reconhecemos que este problema faz parte do sistema económico global injusto que nos empobreceu seriamente, ao criar: despejos e migrações forçadas, como as que levam os nossos irmãos e irmãs à morte no Mar Mediterrâneo, no esforço de procurar uma nova vida; conflitos nas comunidades que não existiam no passado e outros problemas sociais. Também reconhecemos que as nossas elites políticas e alguns dos nossos líderes são cúmplices e beneficiários deste mal, dando à Europa, à América do Norte, à Ásia e até mesmo à América do Sul a oportunidade de nos colonizar pela segunda vez.

No entanto, não adianta ficarmos sentados, de braços cruzados, a culpar o passado e o colonialismo pelos nossos problemas. Motivados pelos nossos valores cristãos, pela Doutrina Social da Igreja, e pelo valor religioso e social africano do *ubuntu*, comprometemo-nos resolutamente a assumir o nosso futuro nas nossas mãos. Os nossos antepassados confiaram-nos esta terra para o nosso próprio uso e para o uso das gerações futuras, e é aqui que eles repousam. **A NOSSA TERRA É SAGRADA, A NOSSA TERRA É A NOSSA VIDA, A NOSSA TERRA NÃO ESTÁ À VENDA.** Deus nos livre de trair essa confiança e de transformar as terras africanas numa mercadoria à venda. Neste sentido, nós, os participantes da Conferência do SECAM sobre Apropriação de Terras, realizada em Limuru, Quénia, de 22 a 26 de novembro de 2015, comprometemo-nos com estratégias pessoais e coletivas concretas para reverter esta situação.

<sup>1</sup> SECAM: Governance, Common Good and Democratic Transitions in Africa No 29.



Comprometemo-nos a apresentar e a contar uma narrativa diferente sobre África e as suas necessidades de desenvolvimento; a mostrar as oportunidades e potenciais que existem na nossa terra, em vez da história de miséria, privação e desespero que o colonialismo deixou na nossa consciência, e a dizer aos outros para fazerem o mesmo. África precisa de justiça e de respeito pela nossa humanidade partilhada, e não de ajuda ao desenvolvimento.

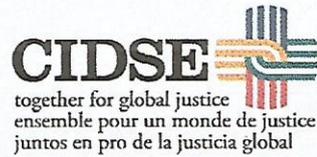
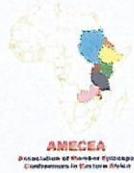
Comprometemo-nos a trabalhar em conjunto, porque, como diz o provérbio africano, quando as aranhas juntam as suas teias, conseguem amarrar um leão. Encarregamos o SECAM, em particular, de assumir a liderança necessária. Não só precisamos de criar redes e de formar uma coligação de atividades de advocacia, como também nos comprometemos com uma rede de orantes e de orações para contrariar as ações das empresas.

Fazer advocacia não é sinónimo de estar em oposição; estamos envolvidos nela para criar caixas de ressonância para as diversas políticas e quadros nacionais e internacionais orientados para a promoção de uma maior justiça, paz e integridade da criação no nosso mundo. Comprometemo-nos, por isso, com uma advocacia mais proativa em relação às políticas públicas nacionais e aos processos de decisão política, especialmente aqueles que se destinam a facilitar a apropriação de terras antes de promulgadas as leis. Isto poderá implicar um convite a especialistas nacionais e internacionais para fazerem parte da nossa coligação.

A apropriação de terras reveste-se de aspetos únicos nos diferentes países de África, e na maioria dos casos trata-se de estratégias contraproducentes aceites ou adotadas pelos respetivos governos nacionais africanos para dar resposta a necessidades económicas. Nesse sentido, reconhecemos que não existe uma solução uniforme que responda a todos os problemas de apropriação de terras. Portanto, comprometemo-nos a trabalhar com as comissões Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) nacionais/regionais das Conferências Episcopais e dos Superiores Gerais, organizações religiosas, ONGs de base local e internacional, e especialistas para propor estratégias alternativas mais produtivas para determinado país.

Comprometemo-nos a fazer campanha por uma Moratória sobre novos negócios de terras em África, até os Governos Nacionais terem incorporado legislação nacional vinculativa que protejam os mais vulneráveis e o nosso ecossistema face às normas voluntárias e aos quadros internacionais que facilitam a apropriação de terra.

Comprometemo-nos a denunciar a criminalização de ativistas pelos direitos da terra, em todas as suas formas, e comprometemo-nos a apoiar os que já foram criminalizados, bem como as suas famílias, até à sua libertação.



### Comprometemo-nos a:

- Preparar um plano de ação para a educação das comunidades cristãs locais sobre a apropriação de terras, que crie uma consciência sobre as mentiras que estão por trás da pilhagem das terras e da economia de mercado.
- Capacitar as comunidades locais para se defenderem sem violência e sem cederem ao desespero.
- Preparar um plano de ação para educar as comunidades locais sobre o uso sustentável da terra e a preservação da integridade do nosso ecossistema.
- Promover e encorajar movimentos de massa de não-violência criativa para proteger o nosso valor cultural africano da propriedade comunal da terra; apoiar o acesso das mulheres e dos jovens à terra e apoiar a restauração das terras já usurpadas.
- Identificar os atores que se escondem por trás das empresas, dialogar com eles com vista à mudança/conversão e levar a cabo ações não-violentas criativas, sempre que necessário.
- Expor a corrupção endémica do nosso sistema económico, que nos mantém na pobreza e torna o nosso povo uma presa fácil para os usurpadores de terras.

Comprometemo-nos com um plano de ação de cinco anos, que é apresentado em seguida. Os co-organizadores desta conferência irão formar uma equipa de monitorização para avaliar o progresso anual do plano de ação.



## PLANO GERAL DE AÇÃO

Para concluir a Conferência de Nairobi com orientações concretas para o trabalho conjunto nos próximos cinco anos, foi possível, através da Metodologia *Open Forum*, adotar um Plano Geral de Ação com três dimensões principais: Educação e Empoderamento, Redes, e Advocacia política e Envolvimento.

### 1. Educação e Empoderamento

---

#### Quem?

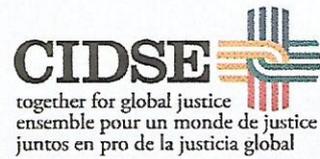
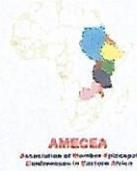
- Indivíduos e grupos de auto-educação
- Comunidades de base religiosa
- Comunidades locais
- Comunidades de religiosos, Superiores Gerais e Conferências Episcopais
- Grupos de mulheres

#### O quê?

Foco estratégico: Direitos Humanos, impacto socioeconómico e ambiental da apropriação de terras.

#### Como?

- Vídeo/filmes/documentários
- Teatro
- Workshops em escolas e comunidades
- Exposições itinerantes e conferências
- Recursos sobre a Integridade da Criação
- Altifalantes/arautos
- Rádio, TV, anúncios
- Media



## 2. *Redes*

---

### O quê?

Foco estratégico: partilha de informação, criar uma coligação para a ação e o diálogo, integrar outros atores.

### Como?

- Criação de plataformas & grupos de trabalho (Poderia a CIDSE liderar na Europa e na América, e o SECAM em África?)
- Sistematização de estudos de caso e alternativas para a advocacia, partilha de boas práticas
- Aproximação e diálogo com outros atores, investidores, decisores políticos e parlamentares
- Apoio às comunidades locais nas suas ações de resistência não-violenta

## 3. *Advocacia política e Envolvimento*

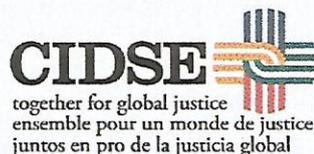
---

### O quê?

Foco Estratégico: decisores & deputados nacionais, Comissão Europeia e eurodeputados, Congresso e deputados dos EUA, Congresso dos EUA e decisores políticos, União Africana (UA), Comunidade Regional Africana e blocos económicos.

### Como?

- Campanha por uma Moratória sobre futuros negócios de terras em África
- Investigação/documentação e publicações com potencial impacto e avaliação do impacto das políticas sobre apropriação de terras.
- Participação ativa nas consultas públicas sobre planos internacionais e o processo nacional de decisão política sobre terras.
- Trabalho com especialistas para construir melhores políticas alternativas.
- Abordagem aos relatores da ONU com provas de violações dos Direitos Humanos pela apropriação de terras, reivindicando uma mudança política.
- Monitorização dos processos de implementação de políticas.
- Informar/educar as comunidades acerca das políticas sobre a terra e trabalhar com eles para internalizar o impacto socioeconómico sobre elas.
- Envolvimento na advocacia para afirmar o Direito à Terra como um Direito Humano.
- Promover políticas que vão proteger os ativistas da terra.



#### *4. Sistema de monitorização*

---

O SECAM vai procurar fazer com que um dos organizadores da Conferência assuma a responsabilidade de pôr a funcionar uma Rede ou Plataforma que facilite a comunicação entre todos os participantes na Conferência.

A equipa de monitorização vai comunicar regularmente com os participantes individuais/redes para receber o feedback sobre ações e estratégias assumidas para implementar o Plano de Ação e partilhar os resultados com os outros.

Pedimos a cada delegação nacional que eleja um participante na Conferência para desempenhar o papel de ligação com os restantes.